

O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR DOCENTE DO CICLO BÁSICO I E II DA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE BELÉM (PARÁ, BRASIL) NO DISTRITO ADMINISTRATIVO DO ENTRONCAMENTO

THE ILLNESS OF TEACHING OF BASIC CYCLE I AND II OF PUBLIC MUNICIPAL SCHOOL OF BELÉM (PARÁ, BRASIL) IN ENTRONCAMENTO ADMINISTRATIVE DISTRICT

Nilma Trindade;¹ Jorge Bonito²

¹ Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Paulo Freire, Daico, Icoaraci, Belém do Pará, Brasil / naife08@hotmail.com

² Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, Portugal / jbonito@uevora.pt

RESUMO

Este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa e descritiva, o qual investiga os fatores que contribuem para o adoecimento do docente do Ciclo Básico I e II da escola pública municipal, em Belém do Pará (Brasil), no distrito administrativo do Entroncamento, assim como analisa a escola pública como lócus de desenvolvimento do trabalho docente, buscando identificar a participação docente nas tomadas de decisão na escola e os procedimentos didático-pedagógicos desenvolvidos, suas relações de trabalho, educação e saúde. Os resultados encontrados revelaram que o conceito de saúde apresentado pelos docentes compreende o equilíbrio entre as dimensões biopsicossocial do indivíduo e os fatores como a organização e as condições de trabalho que contribuem no processo de adoecimento dos docentes. O trabalho pedagógico e os recursos disponíveis são limitados pela falta de infraestrutura da escola, como a falta de climatização das salas de aulas, comprometendo a voz, assim como o ritmo de trabalho é sentido como fator estressante, considerando as várias atividades desenvolvidas nas unidades de ensino.

Palavras-chave: *Escola pública; ciclo de formação; trabalho docente; adoecimento.*

ABSTRACT

This study is based on literature and field research, both qualitative and descriptive, which investigates the factors that contribute to the illness of the teacher of the Basic Cycle I and II of the public school in Belém/Pará (Brazil) in the administrative district of Entroncamento, and analyzes the public school as the locus of development of teaching, trying to identify the teacher participation in decision making at school and didactic-pedagogic procedures developed, their working relationships, education and health. The results showed that the concept of health presented by the teachers understand the balance between the individual and the biopsychosocial factors as the organization and working conditions contribute to the process of illness among teachers. The educational work and available resources are compromised by lack of school infrastructure, the lack of air conditioning the classrooms, affecting the voice, as well as the pace of work as a stressor, considering the various activities in the teaching units.

Keywords: *Public school; cycle training; teaching; illness.*

1. SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE

O conjunto de reformas educacionais que vem sendo desenvolvido desde 1990 tem acarretado um processo de reestruturação do trabalho pedagógico, tendo como pressuposto fundamental a responsabilização do docente para o êxito das medidas desenvolvidas. No contexto da nova regulação dos sistemas de ensino, que combina a centralização de alguns aspectos da educação nacional como avaliação, distribuição financeira, com o processo de descentralização principalmente no que se refere à execução de tarefas, observa-se o destaque atribuído aos docentes como agentes fundamentais no desempenho da escola e dos alunos.

De acordo com Oliveira (s.d.), faz-se importante destacar que em muitos municípios brasileiros, pela ausência de políticas públicas como cultura, saúde e lazer e por ser a escola a única agência pública nos locais de maior pobreza, esta acaba por configurar-se como um espaço no qual estas questões são minimamente tratadas ou ocorre um levantamento dos problemas referentes a essas áreas. Desta forma, o trabalhador docente desdobra-se em direção a atividades que envolvam essas questões alargando a sua função para além de suas capacidades técnicas e humanas, pois não existindo profissionais habilitados para o atendimento das políticas citadas, cabe ao docente buscar respostas às demandas levantadas.

Outro aspecto relevante, quanto ao trabalho docente, refere-se à “dilatação, no plano legal, da compreensão do que seja o pleno exercício das atividades docentes” (Oliveira, s.d., p. 3), a partir da publicação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 206º, inciso VI, afirma o princípio da gestão democrática presente também na Lei 9394/96. Importante considerar, segundo Oliveira (s.d.) que:

este dispositivo, apesar de representar uma conquista dos movimentos sociais, traz novas exigências para a escola. Os trabalhadores devem participar da gestão da escola, da escolha direta para diretores e coordenadores escolares, além de representação junto aos conselhos escolares, dos quais eles devem ser eleitores e postulantes. Além disso, a gestão democrática pressupõe o trabalho coletivo de elaboração do planejamento escolar e dos programas e currículos. Nesse período ocorre também a ampliação dos dias letivos de 180 para 200 ou 800 horas. (p. 24)

Observa-se, no contexto das reformas e do padrão de regulação do sistema educacional, uma significativa intensificação do trabalho; precarização das relações de emprego; mudanças consideráveis nas relações de trabalho que repercutem sobre a identidade e condição docente. Entre os fatores que contribuem para o processo de intensificação do trabalho docente também podemos citar: a ampliação da jornada de trabalho, a falta de tempo para desenvolver atividades referentes ao planejamento, à formação, às diversas tarefas assumidas no local de trabalho que exigem o envolvimento docente como, por exemplo, reuniões do conselho escolar, reuniões com a comunidade, fora de sua jornada de trabalho e, portanto, sem remuneração para tal.

Oliveira (s.d.) chama atenção ainda no que se refere a intensificação do trabalho docente e à jornada de trabalho para a questão salarial, já que com baixos salários os docentes vêem-se obrigados a estender sua carga horária comprometendo, desta forma, a qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas, as horas que deveriam ser destinadas à formação continuada e ao lazer, tendo estas questões implicações na qualidade de vida deste trabalhador.

Segundo Laurell (1989), a carga de trabalho é resultante do conjunto de elementos do processo de trabalho que se inter-relaciona, dinamicamente, com o corpo do trabalhador. Para o citado autor, a carga de trabalho “provoca processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica”(p. 110).

Já Wisner (1987) subdivide a carga de trabalho em três dimensões: física, cognitiva e psíquica, enquanto Laurell (1989) utiliza de outra subdivisão, contemplando, as cargas física, química, mecânica, fisiológica e psíquica. A noção de carga psíquica, assim como as demais, é socialmente produzida, pode ser dividida, segundo esses autores, em dois grupos: a sobrecarga psíquica (estado de tensão prolongada) e a subcarga psíquica (impossibilidade de desenvolvimento e de uso da capacidade psíquica). “A interação dinâmica e potencialização das cargas determinadas pela lógica global do processo de trabalho produzem desgaste sobre os processos biopsicossociais, que podem ou não se expressar em patologias” (p.77).

De acordo com Salm (1991), assiste-se hoje, em todo o mundo, a um movimento de revalorização da escolaridade, em função da introdução de novas técnicas que mudam o conteúdo e a forma da organização do trabalho - mesmo que seja apenas no plano discursivo, como acontece atualmente no Brasil. Esse redirecionamento passa a demandar trabalhadores polivalentes, criativos e flexíveis. Tal movimento traz implícita a idéia de que a atual competitividade, em contraposição ao padrão taylorista-fordista de gestão

da força de trabalho, depende da qualificação e do envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo, exigindo a revisão das práticas de formação profissional.

De acordo com os dados teóricos abarcados pelo campo da Saúde Mental e Trabalho, encontrou-se a teoria do estresse, que de acordo com Chanlat (1990), foi formulada nos anos 1930, na qual tentava-se entender os fenômenos fisiológicos mediante a elementos ameaçadores a partir de uma visão behaviorista - cujo prolongamento de exposição à situação estressora poderia culminar com a ocorrência de distúrbios no organismo. Os modelos de diagnosticar o estresse existente atualmente redefinem melhor, e mais especificamente, o estresse provocado pelo trabalho.

Observou-se também que o mal-estar dos profissionais ligados aos serviços de prestação de cuidados, como saúde, assistência social ou educação estudados na década de 1970, resultou na elaboração do conceito de estresse (mesmo que a ele não façam referência explícita), em conceito de esgotamento profissional - denominado pelos psicólogos sociais norte-americanos *burnout*, que poderia ser traduzido como algo relativo a uma “queimação interna” (da energia, das expectativas e da auto-imagem). A noção de *burnout* se define, portanto, “como uma síndrome de esgotamento físico e emocional, compreendendo o desenvolvimento de imagens negativas sobre si mesmo, de atitudes desfavoráveis em relação ao trabalho e uma perda de interesse em relação aos clientes” (Chanlat, 1990, p. 120).

Aubert (1993) acredita que o conceito de “neurose profissional”, elaborado com Pagès (1989), se apresenta como alternativa ao de estresse para explicar casos patológicos relacionados às condições de trabalho, aproximando-se mais da corrente francesa da psicopatologia do trabalho, o que não descarta os vínculos mantidos por esse conceito com os de estresse e de esgotamento profissional (*burnout*). Uma das modalidades de neurose profissional, a “neurose de excelência” (doença da idealização), traduz-se na luta incessante dos indivíduos para satisfazer os ideais de excelência, de sucesso, demandados pela sociedade, em detrimento de sua personalidade real, cujo quadro se aproxima, segundo a própria autora, ao daquele de *burnout*.

Segundo Dejours (1992), a abordagem do estresse e a psicopatologia do trabalho se edificaram em contextos e bases disciplinares muito diferentes, têm modos diferenciados de visualizar o ser humano. “O primeiro, aquele que se projeta a partir das numerosas pesquisas sobre o estresse no trabalho, faz aparecer o ser humano como “máquina” biopsicossocial, abstrata, submetida à normalidade estatística. Mais psicológico do que sociológico, esse modelo procura, antes de tudo, garantir que cada um possa encontrar seu equilíbrio e adaptar-se a seu ambiente de trabalho (p. 120). O segundo, aquele que emana da análise psicopatológica, é bem diferente. Sem negar a realidade biológica do ser humano, define-o como um ser humano concreto, um sujeito em ação, uma pessoa em situação, cuja qualidade da vida psíquica no trabalho é indissoluvelmente ligada aos grupos e a suas condições de existência, o que o conduz a interpelar diretamente a organização do trabalho” (Chanlat, 1990, p. 124).

Dejours e Abdoucheli (1994, pp. 125-126) entendem por organização do trabalho “por um lado, a *divisão do trabalho*: divisão de tarefas entre os operadores, repartição, cadência e, enfim, o modo operatório prescrito; e por outro lado a *divisão de homens*: repartição das responsabilidades, hierarquia, comando, controle etc.”. Se as condições de trabalho têm por alvo principalmente o *corpo*, a organização do trabalho atua no nível da *vida psíquica*. O modo operatório “incita o sentimento e o interesse do trabalho para o sujeito, enquanto a divisão de *homens* solicita, sobretudo as relações entre as pessoas e mobiliza os investimentos afetivos, o amor e o ódio, a amizade, a solidariedade, a confiança etc.”.

No início da década de 1980, o conceito de sofrimento proposto por Dejours (1987) para delimitar um campo de investigação que não era o da doença mental, marca, portanto, a diferença da psicopatologia clássica. O sofrimento era “concebido como a vivência subjetiva intermediária entre doença mental descompensada e o conforto (ou bem-estar) psíquico” (Dejours & Abdoucheli, 1994, p. 127). Assim, nota-se que os trabalhadores elaboram *defesas* individuais e coletivas para lutar contra o sofrimento, de maneira que esse não é imediatamente localizável. Parte-se, pois, da compreensão de que os homens não estão passivos em relação à organização do trabalho, mas são capazes de se proteger elaborando defesas que escondem ou evitam o sofrimento que os acomete.

A educação escolar tem estado como questão principal a ser desenvolvida na busca da equidade social. No conjunto de fenômenos destacados nos estudos sobre esta temática o trabalho docente vem configurando-se como um ponto importante devido à condição de saúde desses profissionais. O aumento do adoecimento e afastamento deste trabalhador do seu local de trabalho, como aponta Esteve (1999), não é uma peculiaridade do sistema educacional brasileiro, tratando-se na verdade de um fenômeno

internacional que alcança o conjunto de países de nosso contexto cultural. Os primeiros indicadores começaram a se tornar evidentes no início da década de 80 nos países mais desenvolvidos.

Os estudos sobre o trabalho docente vêm revelando contradições na sua natureza, finalidades e relacionadas a estas encontram-se os locais e condições de trabalho. Embora, não se perceba ainda tanta ênfase, a questão da saúde vem tornando-se um fenômeno a receber de maneira mais significativa a atenção dos pesquisadores e pesquisadoras.

Uma questão relevante tratada por Sato (2000) diz respeito à necessidade de compreender que o trabalho por si só não representa uma ameaça ao trabalhador e sim sua ausência também pode ser danosa à saúde. Segundo a autora “a consequência positiva ou negativa do trabalho deve-se ao contexto imediato no qual se realiza esse trabalho”(p. 7).

Desta maneira, volta-se a Esteve (1999) quando parte da categoria mal-estar docente afirmando ser necessário “defini-lo, saber em que consiste, evitar a imprecisão desse sentimento indeterminado”(p. 14). Torna-se de fundamental importância, então, analisar os indicadores de sofrimento e de riscos presentes no contexto escolar. Esteve (*idem*), ao citar Blase (1982), apresenta os possíveis fatores que, segundo o autor, configuram a presença do mal-estar do educador:

fatores primários, referindo-se aos que incidem diretamente sobre a ação do professor em sala de aula, gerando tensões associadas a sentimentos e emoções negativas; e, por outro lado, fatores secundários, referentes às condições ambientais, ao contexto em que se exerce a docência. (p. 27)

Ao considerar os fatores secundários Esteve (*ibidem*) afirma:

a ação desse grupo de fatores é indireta, afetando a eficácia docente ao promover uma diminuição da motivação do professor no trabalho, de sua implicação e seu esforço. Isolados, têm apenas significado intrínseco, mas quando se acumulam, influem fundamentalmente sobre a imagem que o professor tem de si mesmo e de seu trabalho profissional, gerando uma crise de identidade que pode chegar, inclusive à auto depreciação do ego. (p. 27)

E ainda sobre estes pode se dizer que compreendem: (a) modificação no papel do professor e dos agentes tradicionais de socialização; (b) a função docente: contestação e contradições; (c) modificação do apoio do contexto social; (d) os objetivos do sistema de ensino e o avanço do conhecimento e; (e) a imagem do professor.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como descritivo, tendo o propósito de levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população. Considerando o objeto de estudo desta investigação trata-se de analisar o olhar do trabalhador docente do ciclo básico I e II da escola pública municipal de Belém do Pará (Brasil), no distrito administrativo do Entroncamento, sobre a relação existente entre as condições de trabalho oferecidas pela escola e o adoecimento destes profissionais. Partiu-se da seguinte questão de investigação: *As condições de trabalho oferecidas pela Escola Pública Municipal em Belém/Pará são determinantes para o aparecimento de doenças desenvolvidas a partir da sala de aula?*

A pesquisa de campo foi realizada junto de professores do I e II ciclo e também com a coordenação pedagógica das escolas públicas municipais. Os instrumentos de recolha de informação incluíram o uso de questionários e de entrevistas, optando-se por uma pesquisa com traços qualitativos e contribuições quantitativas.

A investigação foi realizada em escolas públicas da Rede Municipal de Ensino, localizadas no distrito administrativo do Entroncamento, funcionando em turnos matutino e vespertino, de acordo com os seguintes motivos: fazem parte da rede municipal de ensino; é o distrito no qual a primeira autora deste trabalho desenvolve as suas atividades profissionais; apresentam, no levantamento epidemiológico realizado pelo Núcleo de Assistência a Saúde do Trabalhador (NAST), um percentual significativo de docentes que apresentam quadro de adoecimento.

Os dados foram coletados durante o primeiro semestre de 2010. As entrevistas foram desenvolvidas nas horas pedagógicas, no intervalo para o lanche, no intervalo entre os turnos e no espaço da coordenação, no turno matutino e vespertino. Nas entrevistas realizadas com os professores, foram utilizados roteiros previamente elaborados, com 5 questões abertas, agrupadas em três partes: a primeira constitui-se de um campo de investigação sobre o papel dos professores e suas competências nos dias atuais; a segunda é constituída de questões que tratam das atividades exercidas na escola, dentro da função docente e da distribuição do tempo entre lazer, repouso e atividades profissionais; e a terceira é formada de questões

que abordam sobre doenças relacionadas ao trabalho desenvolvido na escola e os fatores imprescindíveis para o bem-estar do docente na escola. Teve a duração em média de 10 minutos para cada professor e representou um momento de extrema importância para a pesquisa, já que os docentes mostraram-se bastante motivados para responder e vários enfatizaram a importância do trabalho, chegando a dizer que esta era a primeira vez que uma pesquisa, que eles tenham participado, voltava-se para um assunto que, segundo eles, é de fundamental importância hoje dentro do espaço escolar.

Foram entrevistadas 10 coordenadores pedagógicos das escolas do distrito com o objetivo de analisar o entendimento destes profissionais acerca da relação trabalho e saúde no interior da escola e os encaminhamentos efetivados pelos mesmos no tratamento de tal questão, considerando que a coordenação pedagógica é um dos espaços de maior relevância na condução da gestão na instituição escolar. Teve em média a duração de 30 minutos, com uma participação geral, no início, mais tímida, característica essa que foi se transformando à medida que a conversa transcorria, deixando transparecer que a questão do adoecimento do trabalhador docente é uma realidade dentro da escola que preocupa a todos. Foi utilizado um micro-cassete de áudio para a gravação das entrevistas, que foi guiada por um roteiro elaborado, e realizadas no horário de HP dos docentes, intervalo de trabalho e durante o turno de trabalho da coordenação pedagógica. A gravação das entrevistas foi realizada com a autorização dos participantes, sendo que duas professoras disseram não se sentirem à vontade com o aparelho eletrônico, tendo sido então realizado o registro destas entrevistas através da escrita manual. No processo de análise das entrevistas, realizou-se uma leitura flutuante das respostas e em seguida uma leitura mais criteriosa com o objetivo de organizar as categorias. O processo de sistematização envolveu o desdobramento dos textos em unidades de registro temáticas recortadas nas respostas a cada pergunta, de modo a serem reagrupadas em indicadores, subcategorias e categorias de conteúdo semelhante.

O questionário é composto de 20 perguntas, sendo que 8 fechadas, as quais serviram para a formação do perfil do respondente, 2 questões abertas e as demais seguem a escala com os dispositivos de grau de concordância dos sujeitos, existindo um grau intermédio para expressar indiferenças: Concordo; Concordo completamente; Discordo; Discordo completamente; Estou indeciso (Eu não sei).

3. RESULTADOS E ANÁLISE

Os dados da Tabela 1 referem-se à distribuição dos docentes por sexo.

Tabela 1 – Distribuição de docentes por sexo.

Idade	Número de docentes	%
Masculino	10	16,7
Feminino	49	81,7
Não respondeu	1	1,7
Total	60	100

O fato da maioria dos docentes pertencerem ao sexo feminino segundo Carvalho (1996), não deve ser compreendida apenas como simples dados numéricos, mas antes como condição sócio-histórica que contribui nas formas de organização do trabalho docente. Ainda de acordo com a autora, a presença massiva da mulher no trabalho docente, principalmente nas séries iniciais, acaba por relacionar o exercício profissional à emoção e afetividade, que corroboram para a identificação da escola como o segundo lar, da professora como a tia.

No gráfico da Figura 1 mostra-se a distribuição dos docentes pela idade e o da Figura 2 por titulação acadêmica.

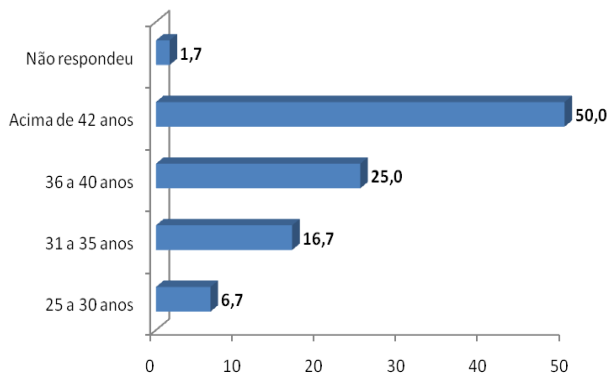


Figura 1 – Distribuição dos docentes pela idade.

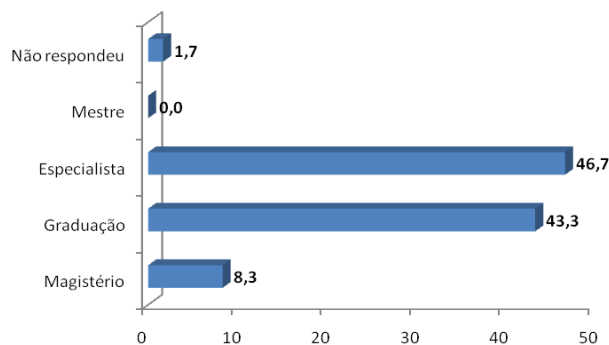


Figura 2 – Distribuição dos professores por titulação.

O gráfico da Figura 3 representa a distribuição professores pelos anos de serviço, enquanto o da Figura 4 se refere ao estado civil.

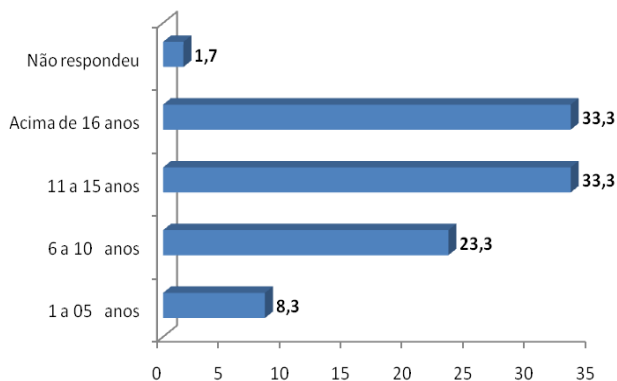


Figura 3 – Distribuição dos docentes por anos de serviço.

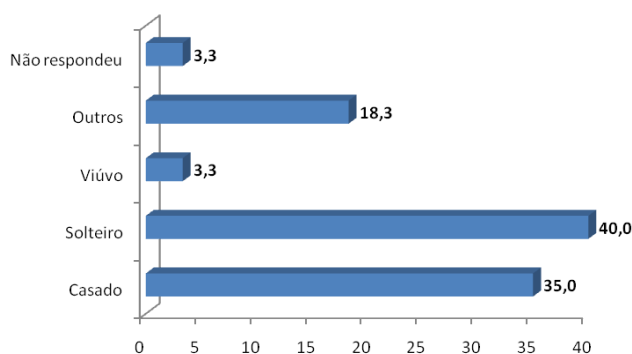


Figura 4 – Distribuição dos professores por estado civil.

Relativamente à jornada de trabalho, os resultados apresentam-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Dimensão da faixa de trabalho mensal.

Faixa salarial	Número de docentes	%
100 h/mensal	6	10,0
150 h/mensal	2	3,3
200 h/mensal	44	73,3
Outros	7	11,7
Não respondeu	1	1,7
Total	60	100,0

Quanto a jornada trabalhada, os dados revelam uma maioria significativa de docentes com a carga horária de 200 horas mensal, mais precisamente 73,3%. Analisando este resultado, ganha destaque a fala no interior das instituições escolares, onde ocorreu a pesquisa, sobre a questão do excesso de carga horária trabalhada e que esta é uma característica do trabalho docente que tem uma grande relevância quando relacionada à questão do adoecimento deste profissional.

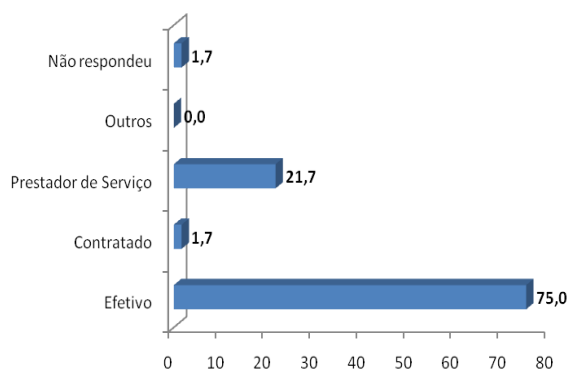


Figura 5 – Professores por vínculo com a instituição.

Os professores ao serem questionados de como conceituam a saúde, as respostas mais aproximadas no conceito de cada pesquisado pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição de professores por definição do conceito de saúde.

Conceito de Saúde	Número de docentes	%
É o perfeito funcionamento de todos os nossos órgãos levando a um estado de bem estar físico, psicológico, social e afetivo, expressando qualidade de vida e felicidade.	47	78,3
Saúde é sentir-se bem. Estar disposto e motivado para realizar as atividades diárias.	5	8,3
É qualidade de vida, é prazer em realizar algo, alegria, disposição e fonte de vida.	1	1,7
É o desenvolvimento satisfatório do corpo no que concerne ao bem estar físico e mental, principalmente no ambiente de trabalho.	3	5,0
Saúde é a satisfação plena do ser humano quando preenche todas as necessidades sem dor, sem doença e com plena satisfação dos prazeres e afazeres (social, profissional, etc.)	4	6,7
Total	60	100,0

Nesta questão, observa-se que 78,3% das respostas dos questionários convergem para um conceito de saúde que a considera como um estado de bem-estar e equilíbrio entre o físico e o psicológico, social e afetivo. Este conceito tem como núcleo central a idéia de uma situação que possibilitaria o equilíbrio biopsicossocial do indivíduo. Observa-se neste campo conceitual a importância das contribuições apresentadas por Sato (2000) no qual “saúde é poder respeitar as necessidades, ritmo e desejos do organismo quando elas se apresentam” (p. 7). Ao se considerar a relação trabalho e saúde, a relevância diz respeito não só ao trabalho em si, mas às condições efetivas na qual ele ocorre, envolvendo tanto a organização como as condições de trabalho. A autora ressalta, também, que não é o trabalho em si que se apresenta como danoso à saúde do indivíduo, podendo a sua ausência gerar situações de adoecimento e sim o contexto no qual ele ocorre. Desta maneira, um trabalhador saudável seria aquele capaz de identificar o que lhe provoca o adoecimento no espaço de trabalho e ter condições reais de modificá-los. Este conceito contribui para uma visão dinâmica de saúde e a coloca como questão a ser conquistada diariamente. As consequências desta conquista é que iriam refletir na resposta equilibrada do organismo à situações conflituantes e não simplesmente adaptar-se a elas.

Quanto a relação entre trabalho e saúde os dados revelam que os docentes estabelecem uma relação direta entre estes aspectos (Tabela 4). Assim, 48,3% faz referência tanto a organização do trabalho, envolvendo a divisão e relações de trabalho, como as condições de trabalho que compreendem os aspectos da infraestrutura, recursos pedagógicos, condições de higiene, entre outros. A precarização destes fatores,

de acordo com a respostas dos docentes, pode contribuir no processo de adoecimento no interior das unidades escolares.

Tabela 4 – Distribuição de professores por relação entre trabalho e saúde.

Relação entre trabalho e saúde	Número de docentes	%
O excesso de carga horária contribui no adoecimento do trabalhador e em alguns momentos, por falta de tempo, este não procura atendimento médico ou mesmo o repouso necessário.	2	3,3
O trabalho pode gerar situações que nos desgastam em diversos aspectos, inclusive no psicológico. O excesso de trabalho pode ser uma dessas causas. É importante termos um ambiente de trabalho pautado no respeito às diferenças, às limitações, pois, se assim não for, teremos profissionais propensos a problemas de saúde, no que se refere à saúde mental. A estrutura física e material é outro fator que deve ser considerado para a saúde do trabalhador, como, por exemplo: os problemas respiratórios devido à insalubridade, os problemas vocais devido excessos em turmas super lotadas.	29	48,3
É impossível ter saúde quando se é obrigado a ter uma jornada intensa de trabalho em sala de aula. O nível de envolvimento emocional e a necessidade de atender às especificidades dos alunos é fator estressante. Seria preciso ter tempo para preparar aulas e pesquisar.	9	15,0
Se dá quando a vocação para o trabalho se confunde com o prazer de realizar o labor e as condições de trabalho estejam satisfatoriamente favoráveis.	4	6,7
Se a escola me proporciona uma infraestrutura boa como: acesso a um ambiente saudável, jornada de trabalho adequada, relacionamento interpessoal, entre outros	2	3,3
Problemas físicos certamente afetam nosso desempenho, assim como questões relacionadas a qualquer transtorno psicológico.	10	16,7
Condições inadequadas de trabalho como: falta de recursos, pressões psicológicas, jornada extensa, incidem em esgotamento, doenças, má alimentação, etc. afetando diretamente a saúde do trabalhador e por outro lado sua produtividade.	4	6,7
Total	60	100,0

Quanto a questão da infraestrutura (Tabela 5), para 40% dos pesquisados que declararam discordar da afirmativa, a infraestrutura poderia ser melhor se fatores como água potável, climatização das salas e mobiliário adequado fossem uma realidade nas escolas. Esta compreensão aproxima-se do que revela 41,7% que responderam concordar com a afirmativa, revelando que a infraestrutura, apesar de satisfatória ao desempenho do trabalho docente, ainda tem pontos que precisam ser redimensionados. Apenas 1,7 % afirma que a infraestrutura é adequada o que leva ao entendimento de que para estes não há mudanças necessárias.

Tabela 5 – Distribuição de professores por infraestrutura da escola.

A infraestrutura apresentada pela escola é adequada ao desenvolvimento do trabalho pedagógico	Número de docentes	%
Discordo	24	40,0
Discordo completamente	9	15,0
Concordo	25	41,7
Concordo completamente	1	1,7
Sem opinião	0	0,0
Não respondeu	1	1,7
Total	60	100,0

Os resultados da Tabela 6 demonstram que os recursos são mecanismos de sustentação ao trabalho docente. Cerca de 43% dos docentes responderam discordar da afirmativa de que os recursos disponíveis contribuem de forma positiva para o trabalho pedagógico, dado que pode ser contextualizado considerando a fala de vários pesquisados que durante o período de aplicação dos questionários declaravam ter como instrumentos de trabalho somente o giz, o quadro, os livros didáticos e o seu esforço individual, caracterizando a escola como bastante precária em relação aos recursos.

Tabela 6 – Distribuição de professores por recursos disponíveis.

Recursos disponíveis contribuirão de forma positiva para o trabalho pedagógico.	Número de docentes	%
Discordo	26	43,3
Discordo completamente	4	6,7
Concordo	26	43,3
Concordo completamente	4	6,7
Sem opinião	0	0,0
Não respondeu	0	0,0
Total	60	100,0

Por outro lado, em algumas escolas, a fala dos docentes foi bastante diferente do quadro anterior, já que estes declararam que a instituição educacional na qual trabalham apresenta um grande número de recursos que, porém, precisam ser melhores disponibilizados as professoras e professores contextualizando, o que evidencia então que as escolas, local da pesquisa, apresentam situações diferentes em relação aos recursos pedagógicos.

Quanto a questão do espaço ao entorno da escola (Tabela 7), considerando que 38,3% discorda, fica evidente que questões como o ruído, limpeza dos esgotos, lixo e situações de violência são questões que interferem no trabalho docente.

Tabela 7 – Distribuição de professores por o espaço ao entorno da escola.

O espaço ao entorno da escola contribuiu de forma positiva para o trabalho pedagógico	Número de docentes	%
Discordo	23	38,3
Discordo completamente	9	15,0
Concordo	26	43,3
Concordo completamente	1	1,7
Sem opinião	0	0,0
Não respondeu	1	1,7
Total	60	100,0

A questão da jornada (Tabela 8) é um dos principais problemas para o desenvolvimento do trabalho docente de acordo com as professoras e professores pesquisados, fato este confirmado pelo percentual de 40,0% que declararam discordar completamente da afirmativa de que a jornada de trabalho é adequada para atender as exigências colocadas aos docentes. Já 23,3% declararam que discordam, o que representa que a questão da carga horária precisa ser repensada.

Tabela 8 – Distribuição de professores por o espaço ao entorno da escola.

A jornada de trabalho é adequada para atender as exigências colocadas aos docentes	Número de docentes	%
Discordo	14	23,3
Discordo completamente	24	40,0
Concordo	19	31,7
Concordo completamente	1	1,7
Sem opinião	0	0,0
Não respondeu	2	3,3
Total	60	100,0

Quanto a questão do ritmo de trabalho (Figura 6), 13,3% declararam discordar completamente de que este seja um fator estressante o que leva a percepção de que para estes há uma harmonia com o trabalho desenvolvido. Esta concepção passa a ser problematizada por 25,0% ao declararem que discordam da afirmativa, o que possibilita a compreensão de que o ritmo de trabalho, embora não seja um grande causador de estresse, precisa ser redimensionado pela escola, como argumentaram alguns docentes, no sentido de diminuir algumas atividades que não seriam tarefas da professora/professor.

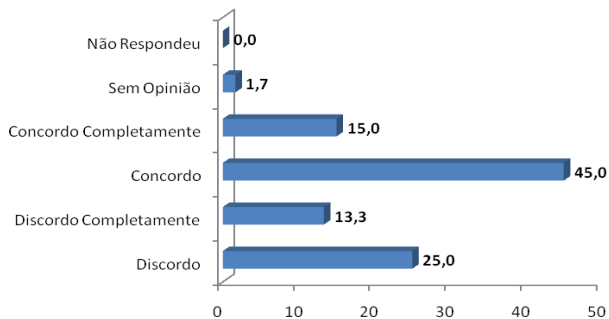


Figura 6 – Professores pelo ritmo de trabalho.

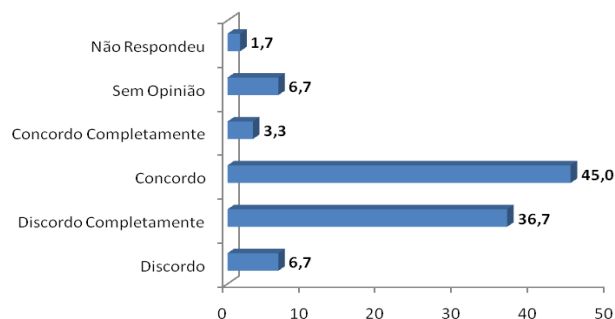


Figura 7 – Professores por todas as atividades desenvolvidas na escola.

Na questão das atividades desenvolvidas na escola pelos docentes (Figura 7), 36,7% declararam discordar completamente de que todas façam parte do papel do professor. Entre os que concordam com a afirmativa, encontra-se 45,0% dos pesquisados que no decorrer da pesquisa declararam que as diferentes atividades exercidas pelos docentes são consequências do desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico no qual a escola encontra-se inserida. Desta maneira, o que deveria ser fator preocupante é a definição do real papel da escola, a formação, organização e condições de trabalho oferecidas aos docentes.

Em relação a participação docente na tomada de decisões dentro da escola (Figura 8), 56,7% declaram concordar com a afirmativa, evidenciando que embora a participação dentro do princípio da gestão democrática seja um elemento presente no trabalho pedagógico, este precisa ser repensado principalmente ao se considerar que as horas destinadas para reunião ou participação no conselho escolar não são consideradas para o calendário letivo, ficando então para o profissional a necessidade de organizar seu tempo, caso queira participar destes momentos.

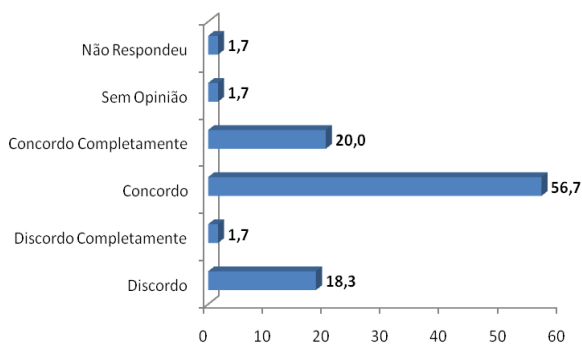


Figura 8 – Professores por tomadas de decisões na escola.

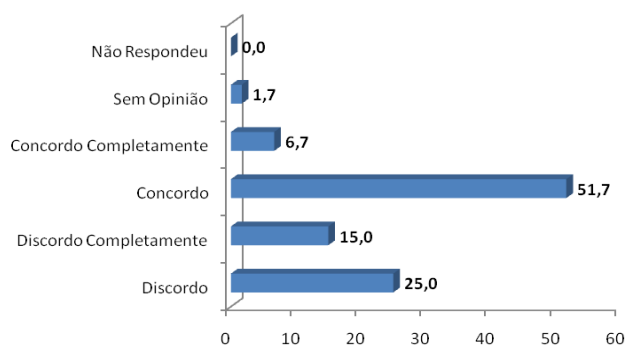


Figura 9 – Professores por trabalho pedagógico.

Na questão sobre o trabalho desenvolvido pela coordenação pedagógica com os docentes (Figura 9), 15,0% responderam que discordam completamente da afirmação de que ocorra a orientação e acompanhamento do trabalho pedagógico pela coordenação. Em conversa durante a pesquisa, os professores declararam que, na maioria das vezes, o trabalho da coordenação é de caráter mais burocrático, ficando as questões pedagógicas secundarizadas dentro do ambiente escolar. Outro fator importante diz respeito às relações de hierarquia que dificultam a interação necessária para o trabalho mais coletivo.

Em relação à participação da secretaria de educação na implementação de políticas públicas de valorização docente (Figura 10), 26,7% declararam discordar completamente da afirmação de que tais políticas são desenvolvidas por esta estrutura. A fala dos pesquisados durante o trabalho de pesquisa revelou um distanciamento muito significativo entre os docentes e a secretaria. Os professores e professoras argumentaram que não conhecem qualquer política de valorização, ao contrário, percebem uma intensificação do trabalho pedagógico sem, contudo, representar um maior empenho do poder público em relação principalmente às condições de trabalho.

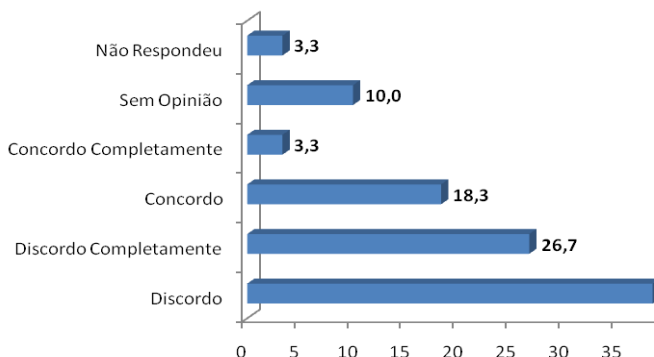


Figura 10– Professores por políticas de valorização.

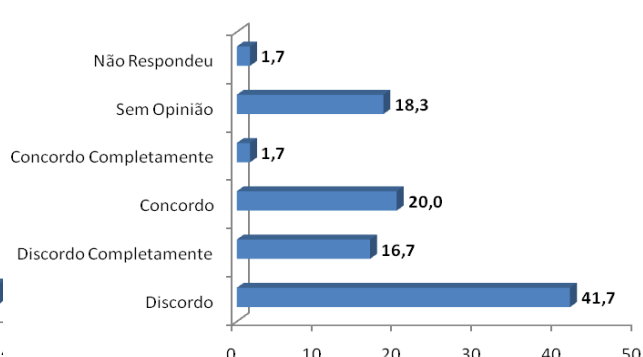


Figura 11– Professores por trabalho do NAST.

Quanto a questão do trabalho desenvolvido pelo NAST, observou-se um percentual de 16,7 de pesquisados declarando discordar completamente do que fora afirmado e nas falas apresentadas a questão que se destacou foi a falta total de conhecimento do que venha a ser o núcleo e sua real função dentro da secretaria de educação (Figura 11).

Os dados apresentados através das entrevistas com a coordenação pedagógica revelaram que aspectos como organização, condições e valorização do docente são fundamentais para a relação trabalho e saúde. Condições de trabalho inadequadas estão relacionadas a processos de adoecimento e este influencia no desempenho profissional. Na escola, a relação entre trabalho, saúde e adoecimento é percebida pela coordenação como um problema de difícil encaminhamento, pois, em algumas situações as relações hierarquizadas afastam os profissionais entre si. Porém, a pesquisa revelou que quando são percebidas situações de adoecimento, a maioria dos entrevistados declarou preocupar-se em sensibilizar a comunidade escolar e reorganizar o trabalho no interior das escolas.

Quanto aos mecanismos de incentivo à participação docente na gestão democrática da escola, observou-se que as atividades pedagógicas, como planejamento, são as principais estratégias. Porém,

existe um fator a ser problematizado que se trata do próprio tempo para a construção de espaços de participação dentro das escolas. O acompanhamento e orientação do trabalho pedagógico ocorrem, de acordo com os dados apresentados nas entrevistas, no desenvolvimento de ações de planejamento, participação no conselho escolar na aquisição e uso dos recursos.

Em relação aos recursos e infraestrutura, os dados revelaram que existem realidades diferentes no interior das escolas e de acordo com a maioria das entrevistas realizadas estes são aspectos inadequados ao desenvolvimento do trabalho pedagógico. Quanto às atividades desenvolvidas pelos docentes e sua adequação com a função deste profissional, as falas apontaram para a existência de um acúmulo de funções. Aliada a esta questão, observou-se, também, que a jornada de trabalho é inadequada, podendo transformar-se em um dos principais fatores de adoecimento, comprometendo uma práxis pedagógica com qualidade social dos docentes.

4. CONCLUSÃO

O adoecimento do trabalhador docente do ciclo básico I e II da escola pública foi o tema pesquisado neste estudo. A questão foi investigada considerando a fala dos docentes e da coordenação pedagógica das escolas nas quais ocorreu a pesquisa, possibilitando analisar as representações sobre o trabalho docente e a saúde dos professores no seu espaço laboral chamado escola.

O perfil dos participantes da pesquisa, de acordo com os dados apresentados, revelou que a maioria é do sexo feminino, está acima de 41 anos e é especialista. Em relação ao tempo de exercício da docência, observou-se uma predominância entre os que declararam ter de 11 a 15 anos de trabalho e acima de 16 anos. Do universo pesquisado, a maioria declarou ser solteiro. Quanto à jornada trabalhada, a grande maioria trabalha com uma carga horária de 200 horas mensais. Os dados mostraram, também, que entre os pesquisados a maioria é efetiva, apresentando, também, um número significativo de prestadores de serviço.

A pesquisa revelou que o conceito de saúde apresentado pelos docentes compreende o equilíbrio entre as dimensões biopsicossocial do indivíduo, e sobre a relação entre trabalho e saúde, foi apontado que existe uma relação direta entre trabalho e saúde e que fatores como a organização e as condições de trabalho contribuem no processo de adoecimento dos professores e professoras. Em relação à infraestrutura apresentada pela escola, observou-se que esta não está adequada ao trabalho pedagógico, assim como os recursos disponíveis e sua contribuição positiva para o trabalho pedagógico. Na questão do espaço ao entorno da escola contribuir para o trabalho pedagógico, os dados mostraram que a maioria dos docentes não concorda que este seja positivo. Na afirmativa sobre a jornada de trabalho, observou-se que esta não é adequada às exigências atribuídas aos docentes. Em relação ao ritmo de trabalho ser um fator estressante, a maioria dos pesquisados concordou com esta proposição.

Observou-se a predominância de pesquisados que concordaram com a afirmativa de que todas as atividades desenvolvidas na escola fazem parte do trabalho docente, porém, o número de docentes que discordaram foi bastante significativo evidenciando que esta é uma questão polêmica no espaço escolar. Na questão da participação na definição e tomada de decisões sobre as atividades desenvolvidas na escola, a maioria concordou com o que foi afirmado, possibilitando então a formulação da seguinte questão: se os docentes estão definindo as atividades a serem desenvolvidas no trabalho pedagógico, por que apontam para o problema do acúmulo destas no exercício docente nos espaços escolares? Seria necessário, então, considerar que mecanismos de participação estão estabelecidos concretamente para a efetivação da gestão democrática. Quanto ao trabalho da Secretaria de Educação em realizar atividades para discutir, elaborar e implementar políticas de valorização do docente, observou-se que uma grande maioria respondeu discordar da afirmativa, apontando para uma ausência de políticas públicas nesta área no interior das escolas. A pesquisa apontou também que os docentes conhecem o trabalho desenvolvido pelo NAST apenas no seu caráter burocrático, não conhecendo ações mais pedagógicas de caráter preventivo em relação à saúde docente.

Considerando os resultados apresentados através da pesquisa realizada, algumas questões podem ser apontadas como eixos para a análise, elaboração e intervenções com o sentido de propiciar aos docentes o desenvolvimento do seu trabalho em contextos que assegurem a saúde e a qualidade de vida como elementos fundamentais ao exercício do trabalho docente. Um elemento central diz respeito à relação

estabelecida entre trabalho e saúde ao se considerar que a organização e as condições de trabalho podem ser fatores de adoecimento, influenciando de forma direta na qualidade de ensino, na produtividade e, portanto, em todo o processo de ensino e aprendizagem. Desta maneira, tornou-se evidente a necessidade de se efetivar políticas públicas pela Secretaria de Educação e pelas escolas que envolvam a garantia da saúde dos docentes no seu ambiente de trabalho. Medidas de caráter preventivo em relação às doenças ocupacionais precisam ser desenvolvidas como condição ao exercício do trabalho docente de forma mais saudável e prazerosa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dejours, C., & Abdoucheli, E. (1994). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In C. Dejours (org.), *Psicopatologia do Trabalho*. (pp. 119-143). São Paulo: Atlas.
- Aubert, M. (1993). *O conceito de qualidade de vida*. Florianópolis: Aposte.
- Chanlat, J. F. (1990). *O Indivíduo na organização. Dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (1987). *Trabalho: usura mental*. São Paulo: Oboré
- Dejours, C. (1992). *A Loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Esteve, J. M. (1999). *O mal-estar docente: a sala-de-aula e a saúde dos professores*. Bauru, SP: EDUSC.
- Laurell, N. (1989). *Qualidade de vida no trabalho*. Rio de Janeiro: Ibrasa.
- Oliveira, D. A. (s.d.). *Profissão docente e gestão democrática da educação*. Consultado em julho, 2010, em <http://www.sinprominas.org.br/imagensDin/arquivos/363.doc>
- Pagés, C. (1989). *Indivíduo, trabalho e sofrimento*. Petrópolis: Vozes.
- Salm, C. A. (1991). *Educação e capital*. São Paulo: Cortez.
- Sato, L. (2000). Saúde mental e trabalho para uma ação estratégica em saúde mental do trabalhador. In *Saúde dos(as) trabalhadores(as) em educação*. Caderno temático nº 16, Secretaria de Educação, Rio Grande do Sul, 6-12.
- Wisner, A. (1987). *Por dentro do trabalho: ergonomia, método e técnica*. São Paulo: FTD.